Capítulo 18

Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil

Marcelo Neri*

1 - Introdução

O Brasil é um caso importante para se estudar a pobreza, não somente porque possui uma grande parte da população pobre da América Latina, mas também porque apresenta um grande potencial para erradicar a pobreza. O relativamente alto PIB *per capita* brasileiro, combinado com um alto grau de desigualdade da renda, gera condições favoráveis para o desenho de políticas redistributivas. Esse potencial é exemplificado pela alta sensibilidade dos índices de desigualdade e pobreza a mudanças em certos instrumentos de política (por exemplo, mudanças no salário mínimo e nas taxas de inflação). Por outro lado, talvez devido a instabilidades anteriores o Brasil não tenha avançado muito na implementação de políticas estruturais de alívio de pobreza, indutoras de um reforço do portfólio de ativos dos pobres.

Um aumento na posse de ativos dos pobres pode ocasionar três efeitos no nível de bem-estar social: primeiramente, os indivíduos extraem utilidade diretamente do fato de possuir altos níveis de ativos. Isso implica a prática de expandir as medidas usadas de bem-estar social para incluir a posse de diferentes tipos de ativos. Esse ponto é especialmente importante na América Latina, devido à sua longa tradição no uso de medidas de pobreza baseadas em renda.

O segundo efeito é que altos níveis de ativos podem aumentar a capacidade de geração de renda dos pobres tornando-se um condutor potencial para a redução das medidas-padrão de pobreza. Em termos de políticas de alívio de pobreza, deve-se separar as de transferência de renda compensatórias (por exemplo, programa de imposto de renda negativo, previdência e seguro desemprego) daquelas que aumentam a renda *per capita* permanente dos indivíduos pela transferência de capital (por exemplo, provisão pública de educação, políticas de

* Da FGV/RJ.

microcrédito e reforma agrária). A avaliação das taxas de retorno e a utilização dos diferentes tipos de ativos podem ajudar no desenho de políticas de reforço de capital para a redução da pobreza.

O último efeito do aumento da posse de ativos é o de melhorar a habilidade dos indivíduos pobres em lidar com choques adversos da renda. O papel de suavização do consumo assumido pelos ativos depende da importância desses choques e de quanto são desenvolvidos os diversos segmentos do mercado financeiro (ativos, créditos e segmentos de seguros). Portanto, a avaliação desse último efeito requer uma análise das propriedades dinâmicas do processo de renda dos indivíduos pobres e uma avaliação das instituições que condicionam seu comportamento financeiro.

Este artigo estabelece uma base de pesquisa na relação entre pobreza, distribuição de recursos e operação de mercados de ativos no Brasil. A estratégia é analisar os três diferentes tipos de impactos que o aumento dos ativos dos pobres, já mencionados, pode exercer sobre o bem-estar social. O artigo está dividido em três partes: a primeira avalia a posse de diversos tipos de capital ao longo da distribuição de renda. Como ponto de partida, discute medidas-padrão de pobreza, sua evolução temporal e sua composição transversal (*cross-section*). O propósito principal dessa parte corresponde à ampliação das medidas-padrão de pobreza pela incorporação dos efeitos diretos da posse de ativos no bem-estar social. A idéia é de que a falta de certos ativos pode implicar uma insatisfação de necessidades básicas do mesmo modo que um nível de renda abaixo da linha de pobreza.

A segunda parte do artigo avalia o impacto da posse de ativos sobre medidas de pobreza baseadas em renda usando regressões logísticas.

A terceira estuda os aspectos dinâmicos da pobreza, levando em consideração o comportamento do pobre e a perda de bem-estar ao lidar com descompassos de alta freqüência entre renda e consumo.

2 - Questões sobre as bases de dados

Esta seção oferece uma visão geral das principais bases de dados usadas neste artigo:

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios (PNAD) de 1976, 1981, 1985, 1990, 1993, 1995 e 1996;
- Pesquisa Mensal de Emprego (PME) — Pesquisa de mercado de trabalho com características de painel rotativo — do período 1980/97; e
- Pesquisa de comportamentos financeiros da Associação Brasileira de Crédito e Poupança (Abecip) — sobre gastos e finanças dos consumidores — de 1987.

Focalizaremos nossa análise empírica em duas dimensões geográficas: *a*) nível nacional; e *b*) seis principais áreas metropolitanas que serão denominadas

Brasil metropolitano. Quando nos mudamos do nível nacional para o Brasil metropolitano, a disponibilidade de dados aumenta, especialmente em termos da posse de diferentes tipos de capitais. Essa alta disponibilidade de dados provavelmente se explica pela distribuição espacial da população brasileira, com 81% dela morando em áreas não-rurais, e pelo baixo custo de coleta de informação em regiões de maior densidade populacional. Nossa análise empírica e institucional será centrada nos segmentos metropolitanos que possuem metade da população urbana. Outra vantagem estratégica do foco metropolitano é a disponibilidade das linhas de pobreza calculadas [Rocha (1993)].

PARTE 1

A pobreza e os efeitos diretos da posse de ativos no bem-estar

3 - Avaliação de pobreza

Esta seção discute a quantidade de pobres existentes no Brasil, descreve a evolução temporal da pobreza e seus determinantes próximos e, finalmente, traça um perfil de pobreza de acordo com as características do chefe de domicílio. Esses perfis fornecerão algumas sugestões iniciais sobre os ativos mais importantes a serem observados.

Níveis de pobreza e mudanças

Começaremos analisando a pobreza em nível nacional. Usando dados da PNAD, construímos três índices de pobreza (P0, P1 e P2). Cada um desses índices foi calculado de acordo com três linhas de pobreza correspondentes a 0,5, 1,0 e 1,5 dos valores básicos da linha de pobreza ajustada para os diferentes custos de vida entre as regiões brasileiras, usando estimativas de Rocha (1993). A análise dessas nove medidas de pobreza executadas será centralizada na proporção de pobres de acordo com a linha de pobreza básica (isto é, a segunda coluna da Tabela 1). De acordo com essa tabela, em 1995 a proporção de pobres (P0) era de 27,7% que, combinada com uma população de 151 milhões de pessoas, implicava a existência de 41,8 milhões de indivíduos vivendo abaixo da linha de pobreza.

Mudanças na pobreza

A Tabela 1 também apresenta as diferenças percentuais dos níveis de pobreza entre 1985 e 1995 ajustados para uma taxa de crescimento do PIB *per capita* de 2,09% observada durante o período. Isso demonstra que usando a linha de pobreza básica a proporção de pobres cai para 2,74 pontos percentuais, o que equivale a 9% em termos relativos. Dada a mudança na distribuição da renda observada no período, quando pesos maiores são dados para os segmentos mais pobres da sociedade, observamos que os índices de pobreza realmente aumentaram na década analisada. Para a linha básica de pobreza, o hiato de pobreza

Tabela 1

Pobreza no Brasil: níveis e mudanças — 1985/95 (EM %)

ÍNDICES DE POBREZA	PERÍODO DE REFERÊNCIA	P0	P0	P0	P1	P1	P1	P2	P2	P2
LINHA DE POBREZA		0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	0,5	1	1,5
Nível da pobreza	1985	10,03	30,42	47,01	3,85	11,97	21,01	2,36	6,68	12,32
Nível da pobreza	1995	11,05	27,68	42,71	5,73	12,45	20,10	4,42	8,07	12,78
Mudança total da pobreza[a]	1985/95	1,02	–2,74	–4,31	1,88	0,48	–0,91	2,05	1,40	0,46
Componente de crescimento[a]	1985/95	–0,41	–0,97	–0,87	–0,12	–0,38	–0,54	–0,06	–0,22	–0,36
Componente de desigualdade[a]	1985/95	1,48	–1,67	–3,60	2,00	0,80	–0,44	2,11	1,58	0,77

Fonte: PNAD.
[a] *Ajustado pelas Contas Nacionais..*

(P1) aumentou 0,48 ponto percentual enquanto o hiato médio quadrado de pobreza (P2) aumentou 1,4 ponto percentual.

Similarmente, os índices de pobreza apresentam quedas maiores ou menores quando utilizamos a linha de pobreza mais alta. No caso da linha de pobreza baixa, a proporção de pobres (P0) aumentou 1,02 ponto percentual e caiu 4,31 pontos percentuais quando foi utilizada a linha de pobreza alta. Essas estatísticas são, respectivamente, 1,88 e –0,91 para o hiato médio de pobreza (P1) e 2,05 e 0,46 para o hiato quadrático médio de pobreza (P2). Juntos, esses resultados implicam que o padrão de crescimento não-balanceado dos diferentes segmentos da economia brasileira produziu resultados diferentes, dependendo da linha de pobreza utilizada. Essa falta de robustez das mudanças de pobreza é também influenciada pelo baixo crescimento do PIB *per capita* observado no período (média de 0,2% por ano).

Decomposição das mudanças de pobreza

Aplicaremos aqui a metodologia de decomposição de Ravallion e Datt (1995) para as mudanças na pobreza no período 1985/95. Essa decomposição coloca em evidência o que está direcionando o processo de mudança de pobreza discutido anteriormente.

A idéia é de que as mudanças de pobreza podem ser melhor entendidas em termos de três determinantes próximos: *a*) mudanças na renda *per capita* média; *b*) mudanças no grau de desigualdade da renda *per capit*a; e *c*) mudanças no termo residual que captura a interação entre esses dois termos (não apresentadas aqui). Essa decomposição simples entre um crescimento do componente balanceado que afeta todos os agentes e um componente redistributivo permite comparações

gerais das mudanças de pobreza através das diferentes sociedades e diferentes períodos de tempo.

A decomposição crescimento-desigualdade quando aplicada para as PNADs de 1985 e 1995 revela que o crescimento explica uma pequena parte das mudanças calculadas nas diferentes medidas de pobreza (Tabela 1). Para a proporção de pobres (P0) usando a linha de pobreza básica, o componente de crescimento explica menos que 1 ponto percentual da queda da pobreza. O componente de desigualdade da mudança da pobreza responde ao dobro do efeito de crescimento para nossa medida básica de pobreza. Todavia, esse não é um resultado robusto. O efeito de alívio de pobreza do componente de desigualdade tende a aumentar a pobreza, quanto mais baixa for a linha de pobreza usada e maior for o peso atribuído aos mais pobres (P1 e, especialmente, P2).

Perfil de pobreza

Esta subseção traça um perfil de pobreza de acordo com as principais atribuições dos chefes de domicílio (sexo, idade, escolaridade, raça, setor de atividade, posição na ocupação, densidade populacional e região) usando a PNAD de 1995 em nível nacional. A Tabela 2 apresenta os três índices de pobreza FGT

Tabela 2

Decomposição dos índices de pobreza de acordo com as características dos chefes de domicílios — 1995

(UNIVERSO: TODOS OS DOMICÍLIOS)

CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DE DOMICÍLIO	P0	P1	P2	POPULAÇÃO TOTAL	CONTRIBUIÇÃO PARA A POBREZA TOTAL		
					P0	P1	P2
Total	27,68	12,45	8,07	100,00	-	-	-
Sexo							
Homem	26,53	11,40	7,09	82,79	79,35	75,84	72,69
Mulher	33,22	17,47	12,81	17,21	20,65	24,16	27,32
Idade							
Menos de 10 anos	36,99	31,40	29,63	0,02	0,03	0,06	0,09
15 a 25 anos	42,95	24,71	19,49	5,73	8,89	11,38	13,84
25 a 45 anos	31,71	14,49	9,38	51,24	58,70	59,66	59,55
45 a 65 anos	23,88	10,02	6,08	27,87	24,04	22,43	21,00
Mais de 65 anos	15,25	5,32	2,95	15,13	8,33	6,47	5,53

(continua)

(continuação)

CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DE DOMICÍLIO	P0	P1	P2	POPULAÇÃO TOTAL	CONTRIBUIÇÃO PARA A POBREZA TOTAL		
					P0	P1	P2
Anos de estudo completos							
0 ano	43,06	19,18	11,84	21,04	32,74	32,43	30,86
0 a 4 anos	36,16	16,19	10,20	21,56	28,17	28,05	27,25
4 a 8 anos	25,09	10,96	7,23	31,13	28,21	27,40	27,88
8 a 12 anos	14,10	6,71	4,86	19,51	9,94	10,52	11,75
Mais de 12 anos	3,85	2,94	2,72	6,76	0,94	1,60	2,27
Raça							
Indígena	53,17	27,64	18,23	0,11	0,22	0,25	0,26
Branco	18,07	7,89	5,26	53,03	34,62	33,63	34,58
Preto	38,82	17,68	11,29	46,31	64,94	65,80	64,76
Amarelo	10,86	7,24	5,99	0,54	0,21	0,31	0,40
Setor de atividade							
Agricultura	39,81	17,99	11,20	24,69	35,51	35,68	34,27
Indústria	21,25	7,83	4,26	15,89	12,20	10,00	8,39
Construção	27,36	9,75	5,17	9,96	9,85	7,81	6,38
Setor público	15,80	5,85	3,09	10,18	5,81	4,79	3,90
Serviços	21,38	8,17	4,49	39,28	30,33	25,80	21,86
Posição na ocupação							
Desempregado	74,02	53,43	46,14	3,18	8,50	13,64	18,16
Inativo	28,42	15,45	11,90	17,17	17,64	21,32	25,32
Empregado com carteira	19,74	6,36	3,11	27,16	19,37	13,87	10,46
Empregado sem carteira	40,09	15,57	8,30	15,43	22,35	19,30	15,87
Conta própria	30,75	13,40	8,05	31,12	34,57	33,50	31,02
Empregador	5,37	2,73	2,03	5,95	1,15	1,30	1,49
Servidor público	15,44	5,81	3,10	10,04	5,60	4,68	3,86
Não-remunerado	38,20	25,61	21,60	2,27	3,13	4,6	6,07

(continua)

(continuação)

CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DE DOMICÍLIO	P0	P1	P2	POPULAÇÃO TOTAL	CONTRIBUIÇÃO PARA A POBREZA TOTAL		
					P0	P1	P2
Densidade populacional							
Rural	33,70	15,61	10,23	21,10	25,70	26,47	26,74
Urbana	25,36	11,36	7,26	49,25	45,12	44,94	44,32
Metropolitana	27,24	12,00	7,88	29,65	29,18	28,59	28,94
Região							
Norte	44,23	20,67	12,96	4,47	7,14	7,42	7,18
Nordeste	43,12	20,32	13,01	29,56	46,06	48,26	47,66
Sudeste	20,94	8,94	5,87	43,39	32,82	31,18	31,53
Sul	13,49	5,80	3,92	15,16	7,39	7,07	7,37
Centro-Oeste	24,61	10,19	6,82	7,41	6,59	6,07	6,27

Fonte: PNAD.

propostos para a linha de pobreza básica. Novamente, a análise será centrada em torno da proporção de pobres (P0) para a linha de pobreza básica usada.

A proporção total de pobres (P0) durante 1995 era de 27,07%. Como esperado, os grupos com maior proporção de pobres (P0) eram chefiados por: mulheres (33%), famílias jovens [15 a 25 anos de idade (43%)], analfabetos (43%), não-brancos [indígenas (53%) e pretos (38%)], moradores de áreas rurais (34%), moradores das regiões Norte (44%) e Nordeste (43%) do Brasil, trabalhadores na agricultura (40%), construção (27%), desempregados (74%) e trabalhadores informais (40%).

As últimas três colunas da Tabela 2 apresentam a contribuição dos índices agregados de pobreza para cada uma dessas células. Já que os grupos são sempre minoria, nem sempre apresentam a maior contribuição para os resultados de pobreza. Chefes de domicílio mulheres, famílias chefiadas por indivíduos com idade menor do que 25 anos, famílias chefiadas por desempregado ou indígena, morando em áreas rurais ou na região Norte do país, se situam nessa categoria.

4 - Distribuição de ativos

A análise da posse de ativos será estruturada em três grupos:

- capital físico (ativos financeiros, bens duráveis, moradia, terra, serviços públicos e transporte);
- capital humano (escolaridade, educação técnica, idade, experiência e *learn by doing*); e

- capital social (emprego, sindicatos e associações, participação política e estrutura da família).

A disponibilidade de novas fontes de dados fornece condições inéditas, no caso brasileiro, para traçar um perfil de acesso a ativos dos pobres. A conjuntura de diferentes pesquisas de domicílio abre a possibilidade de se ter uma ampla visão da posse de ativos durante 1996. Nossa estratégia é comparar o acesso a diferentes ativos da população pobre com a população não-pobre.

4.1 - Capital físico

A literatura sobre o acesso dos pobres a diferentes tipos de capital físico é quase nula no Brasil. Tentaremos aqui discutir as relações entre renda *per capita* e taxas de acesso a serviços públicos, bens duráveis e moradia (ver Tabela 3a).

Tabela 3a

Perfil de posse de ativos — população pobre e não-pobre (EM %)
CAPITAL FÍSICO

	POBRE	NÃO-POBRE
Acesso a moradia		
Acesso a casa alugada ou cedida	21,72	23,74
Acesso a casa alugada	9,91	17,21
acesso a casa própria já paga	71,07	67,71
Acesso a casa própria ainda pagando	5,23	7,79
Qualidade da moradia		
Acesso a construção	95,62	99,19
Acesso a banheiro	92,14	97,98
Número de indivíduos no domicílio	4,05	3,03
Densidade de dormitório	0,58	0,37
Densidade de cômodo	1,43	1,04
Acesso a bens duráveis		
Fogão	99,65	99,91
Filtro	57,42	71,44
Geladeira	84,97	97,56
Telefone	13,04	39,08

(continua)

(continuação)

	POBRE	NÃO-POBRE
Rádio	92,80	97,71
Televisão em cores	72,88	93,96
Televisão	92,17	98,19
Freezer	9,12	26,93
Máquina de lavar	22,71	56,69
Acesso a serviços públicos		
Abastecimento de água	90,24	97,76
Rede de esgoto	73,65	89,33
Eletricidade	99,49	99,89
Coleta de lixo	80,20	94,12
Tempo de transporte do domicílio para o trabalho		
Chefe — tempo médio	38,60	42,07
Cônjuge — tempo médio	35,89	32,79
Chefe — mais de 30 minutos	50,70	50,95
Cônjuge — mais de 30 minutos	41,13	38,79

Fonte: PNAD.

Moradia

A PNAD de 1996 mostra que o financiamento para moradia de acordo com a renda da população pobre é dividido aproximadamente da seguinte maneira: 71% moram em casa própria já paga, 5% ainda pagam pela casa própria, 10% moram em casas alugadas e 22% moram em casa cedida. Essas mesmas estatísticas para a população não-pobre são: 68% moram em casa própria já paga, 8% ainda pagam pela casa própria em que moram, 17% moram em casa alugada e 24% moram em casa cedida. A comparação entre a população pobre e a não-pobre mostra que a primeira mora em casa própria já paga e casas cedidas com mais freqüência do que o último grupo.[1] Essas estatísticas mostram que o aluguel ou o pagamento da casa própria podem ser percebidos como práticas de luxo no financiamento de moradia.

1 Quando o tipo de financiamento atribuído para moradia é combinado com propriedade de terra, encontramos 62% dos pobres morando em casa própria com terreno já pago, enquanto a mesma estatística aumenta para 63% na população total. Esse resultado é explicado pelo fato de que os segmentos mais pobres tendem a não ser donos do terreno da própria casa (15,0% e 9,6%, respectivamente).

Uma linha complementar de pesquisa compara qualidade de moradia em ambos os segmentos: 95% dos pobres (99% da população não-pobre) têm acesso a construção, 92% dos pobres (98% da população não-pobre) têm acesso a banheiro dentro de suas casas, a densidade média de cômodos é 0,58 entre os pobres (1,04 da população não-pobre) e a densidade média dos membros de família por dormitórios no domicílio é 1,43 entre os pobres (1,12 na população não-pobre). As diferenças entre essas duas últimas estatísticas podem ser explicadas pelo fato de os pobres terem famílias maiores que a população não-pobre — 4,1 e três membros, respectivamente. Desse modo, a densidade de cômodos e de dormitórios é aproximadamente proporcional ao número de indivíduos na casa. Em outras palavras, o tamanho da casa em número de cômodos ou dormitórios é aproximadamente similar, mas os pobres possuem famílias maiores.

Bens duráveis

De acordo com a PNAD de 1996, as taxas de acesso aos bens duráveis no Brasil metropolitano são as seguintes: *a*) bens básicos: fogão (99,6%), água filtrada (57%), geladeira (85%), rádio (93%), TV (92%); *b*) bens de luxo: telefone (13%), TV em cores (73%), *freezer* (9%) e máquina de lavar (23%). Essas taxas de acesso são, em geral, maiores quando se usa uma amostra representativa da população não-pobre: *a*) bens básicos: fogão (99,9%), água filtrada (71%), geladeira (98%), rádio (98%), TV (98%) e TV em cores (94%); *b*) bens de luxo: telefone (39%), *freezer* (27%) e máquina de lavar (57%).

Serviços públicos

O acesso a serviços públicos básicos como água, esgoto, eletricidade, comunicação e transporte público pode ser diretamente medido pelas pesquisas-padrão de domicílio. De acordo com a PNAD de 1996, o acesso a serviços públicos é mais evidente entre a população não-pobre: 98% a água canalizada, 89% a esgoto, 100% a eletricidade e 94% a coleta de lixo. O acesso da população pobre é: 90% a água canalizada, 74% a esgoto, 99% a eletricidade e 80% a coleta de lixo. Existe um aumento monotônico na falta de acesso desses índices quando nos movemos do primeiro para o décimo mais alto da distribuição da renda *per capita*. O aumento do primeiro para o último décimo para cada uma das taxas de acesso a esses serviços públicos é: 73% para 99%, água canalizada; 73% para 98%, esgoto; 99,5% para 100%, eletricidade; e 80% para 90%, coleta de lixo.

Infra-estrutura de transporte

A questão utilizada aqui para captar a qualidade do transporte na PNAD é: "Quanto tempo você demora para chegar ao trabalho?"[2] Pode-se usar essa in-

2 Computamos somente os dados daqueles que vão direto para o trabalho. Esse dado corresponde a 96% dos chefes e 97% de cônjuges na amostra.

formação para discutir o custo de transporte avaliado para uma taxa de salário individual por hora. Entretanto, não é possível saber a combinação exata entre infra-estrutura pública e privada do transporte que levou a esse resultado. As diferenças observadas entre a população pobre e a não-pobre não são significativas: 50% dos chefes pobres e dos não-pobres levam menos de 30 minutos se deslocando para o trabalho.

4.2 - Capital humano

Anos completos de estudo

A relação entre anos completos de estudo e pobreza é clara se observarmos a evidência apresentada em seções anteriores. O número médio de anos completos de estudo dos chefes pobres e não-pobres da população corresponde a 4,7 e 6,6 anos, respectivamente. Similarmente, os cônjuges das famílias pobres apresentam também uma média de dois anos a menos de escolaridade do que os cônjuges na população não-pobre — 4,6 e 6,5 anos, respectivamente. O coeficiente de variação de anos completos de estudo entre os chefes e cônjuges pobres é maior nos segmentos pobres da sociedade — 24,6% e 25,4% — do que no total da população — 20,9% e 20,7%, respectivamente. Esse ponto é digno de nota já que os anos completados de estudo são provavelmente a melhor aproximação para renda permanente encontrada nas pesquisas de domicílio (ver Tabela 3b).

Tabela 3b

Perfil de posse de ativos — população pobre e não-pobre (EM %)
CAPITAL HUMANO

	POBRE	NÃO-POBRE
Anos de estudo		
Chefe	4,70	7,16
Cônjuge	4,59	7,05
Idade média		
Chefe	41,47	44,91
Cônjuge	37,87	40,52
Escolaridade estritamente superior		
Chefe		
Ao pai	36,03	42,19
À mãe	38,10	45,5

(continua)

(continuação)

	POBRE	NÃO-POBRE
Cônjuge		
Ao pai	34,84	43,88
À mãe	37,84	46,26
Capital humano específico		
Fez curso técnico equivalente ao 2º grau	8,26	17,23
Acredita estar trabalhando na mesma ocupação nos próximos cinco anos		
1991	57,61	67,29
1996	78,45	83,44
Acha dificuldade para se adaptar a novos equipamentos		
1991	17,12	16,59
1996	17,13	16,70

Fonte: PME — Suplemento de 1996.

Idade e experiência

A aproximação comum para a experiência usada nas pesquisas de domicílio é a idade. Os efeitos da idade na pobreza têm um papel central nesse projeto. Tentamos basicamente captar qual é o comportamento ao longo do ciclo de vida na pobreza. De acordo com a PNAD de 1996, a média de idade do chefe e do cônjuge nas famílias pobres é de 44 e 40 anos, respectivamente, enquanto para a população não-pobre é de 41 e 38 anos. Essa diferença de dois a três anos pode indicar uma tendência decrescente da pobreza medida pela proporção de pobres ao longo do ciclo de vida. Quer dizer, quando as famílias adquirem mais experiências ou acumulam outro tipo de capital, a probabilidade de escapar da pobreza aumenta.

4.3 - Capital social

O capital social pode ser entendido, num sentido amplo, como uma variedade de tipos de mecanismos de coordenação (ou instituições) que afetam os retornos privados e sociais dos ativos públicos e privados. A complementaridade entre esse e outros tipos de capital é essencial para o entendimento do conceito de capital social. Por exemplo, a organização dos fatores de produção será um determinante-chave para os retornos obtidos de uma dada quantidade de capitais físico e humano acumulados (ver Tabela 3c).

Tabela 3c

Perfil de posse de ativos — população pobre e não-pobre (EM %)

CAPITAL SOCIAL

	POBRE	NÃO-POBRE
Sindicatos e associações não-comunitárias		
Membros de sindicato ou associações não-comunitárias		
Total	18,17	32,62
Ocupados	23,63	38,26
Assiste ao menos a uma reunião por ano	2,85	6,51
Assiste ao menos a quatro reuniões por ano	1,94	4,57
Não é membro hoje, mas foi nos últimos cinco anos	14,92	16,51
Associações comunitárias		
Membros	11,61	14,64
Assiste ao menos a uma reunião por ano	9,32	11,28
Membros de associações de moradores	39,49	25,86
Membros de associações religiosas	36,62	34,10
Ateu	5,83	6,54
Atividades políticas		
Membros de partidos políticos	3,33	5,55
Participantes em atividade de partidos políticos	43,54	37,20
Tem simpatia por partidos políticos	19,10	24,76
Não usa nenhuma fonte de informação para decidir o voto	41,46	33,37
Entre os que utilizam alguma fonte de informação		
Usa a televisão para decidir o voto	61,72	66,58
Sabe o nome correto do presidente da República	76,59	89,61
Sabe o nome correto do prefeito, governador e presidente	62,15	78,50

Fonte: PME — Suplemento de 1996.

Associações e sindicatos

Uma primeira observação nos indicadores sociais está relacionada com as taxas de adesão a sindicatos e atividades de associações não-comunitárias. Existe uma relação inversa entre taxas de associados nessas organizações e pobreza (18% para os chefes pobres e 26% para os não-pobres). Consistente com esse resultado é o fato de que chefes com maior nível formal de educação possuem maior probabilidade de ser um membro dessas organizações. A análise do universo daqueles que hoje não são membros de sindicatos ou de associações não-comunitárias, mas que foram nos últimos cinco anos, é mais parecida (15% para chefes pobres e 16% para todos os chefes). As taxas atuais de efetividade nessas atividades é muito menor em ambos os grupos — somente 2,9% dos chefes pobres assistem pelo menos a uma reunião por ano. A mesma estatística corresponde a 4,8% no caso de chefes não-pobres.

As taxas de adesão às associações comunitárias são muito menores (12% para os chefes pobres e 13% para os chefes não-pobres) e mais uniformemente repartidas ao longo da distribuição de renda do que aquelas encontradas para sindicatos e associações não-comunitárias mencionados antes. Entretanto, a proporção de indivíduos que assistem pelo menos a uma reunião por ano é maior para associações comunitárias do que para qualquer outro tipo de relação com as associações analisadas. Note-se que a diferença entre taxas de associados pobres e não-pobres (especialmente controlada pela intensidade) é também menor no caso de associações comunitárias.

A análise da composição de associações comunitárias revela uma importância maior para as associações de moradores (39% para os chefes pobres e 32% para os não-pobres) e associações religiosas (37% para os chefes pobres e 35% para os não-pobres) entre as associações pobres.

Atividades políticas

As taxas de afiliação formal para campanhas políticas são realmente pequenas (3,3% para os chefes pobres e 4,5% para os não-pobres), especialmente se levarmos em conta o fato de nossa análise estar restrita às seis principais regiões metropolitanas do Brasil. A taxa de participação dos membros de partidos políticos é relativamente alta entre os pobres (40% para os chefes pobres e 44% para os não-pobres). A baixa taxa de afiliação pode ser resultado de altos requerimentos para uma afiliação política em termos de participação efetiva.

Dada a menor taxa formal de afiliação a partidos políticos, usaremos o conceito menos convincente da simpatia por partidos políticos (19% para chefes pobres e 22% para todos os chefes). Os resultados qualitativos produzidos pelos dois conceitos são similares, incluindo sua relativa estabilidade ao longo da distribuição de renda. Uma questão final em termos de política mostra que 77% dos chefes pobres (84% dos chefes não-pobres) sabiam o nome correto do presi-

dente do Brasil (Fernando Henrique Cardoso). Quando se impõem condições mais difíceis, como, por exemplo, se o chefe sabia o nome do presidente, e seu respectivo governador e prefeito, essas estatísticas caíam para 62% e 71%, respectivamente.

PARTE 2

A pobreza e os impactos geradores de renda dos ativos

Esta segunda parte do artigo estuda como a acumulação de diferentes tipos de capital impacta medidas de pobreza baseadas na renda.

5 - O impacto da posse de ativos na pobreza

A questão central adotada nesta parte é o papel desempenhado pela acumulação de capital no potencial do pobre gerar renda. Um passo essencial nessa direção é estudar a relação entre a posse de diferentes ativos e a pobreza. Na seção anterior analisamos a taxa de acesso a diferentes tipos de capital entre os pobres e a população não-pobre. Aqui, estudaremos os possíveis impactos desses ativos na pobreza considerados juntamente e controlados por determinantes demográficos. Esse exercício procura ajudar o direcionamento dos tipos de políticas de aumento de capitais a serem implementados.

Analisamos o impacto de capital humano, ativos físicos e capital social na pobreza da seguinte forma: os efeitos de capital humano e ativos físicos serão estudados juntos, utilizando a PNAD de 1996 em nível nacional. O estudo dos efeitos dos itens de capital social na pobreza será feito separadamente usando o suplemento especial da PME implementado em 1996.

5.1 - Capital físico, capital humano e pobreza

Esta subseção analisa a relação entre a probabilidade de um indivíduo ser pobre, de um lado, e variáveis demográficas e alguns tipos de capital físico e humano, de outro. A Tabela 4 apresenta a regressão logística básica estimada.

Omitiremos aqui a análise dos controles demográficos e regionais estimados, iniciando pela análise das variáveis *dummies* representando o acesso a diferentes tipos de capital físico, dada sua relação mais direta com políticas de combate à pobreza. Essas variáveis incluem tanto o acesso a bens duráveis e moradia quanto a serviços públicos. Apesar de a relação entre pobreza e taxas de acesso a ativos físicos sofrer sérios problemas de simultaneidade, acreditamos que a regressão logística pode tornar clara a correlação existente (não há relação de causalidade implicada neste caso) entre a posse de cada tipo de ativo e a incidência da pobreza.

Quase todos os parâmetros de capital físico estimados no modelo final são estatisticamente significativos ao nível de confiança de 95% e apresentam os si-

Tabela 4

Modelo logístico de pobreza, capital humano e capital físico: análise dos parâmetros estimados

VARIÁVEIS	OBSERVAÇÕES	ESTIMATIVA	ESTATÍSTICA *t*	DEVIÂNCIA
Raça do chefe	Branco	–0,4298[c]	–14,9756	48.142,33
Experiência do chefe	Idade	0,1055[c]	18,1897	48.064,62
Experiência do chefe	Idade ao quadrado	–0,0014[c]	–14,0000	48.053,14
Escolaridade do chefe	Anos de estudo completos	–0,1046[c]	–19,3704	39.801,87
Escolaridade do cônjuge	Anos de estudo completos	–0,0948[c]	–17,8868	38.234,22
Escolaridade do pai do chefe	Anos de estudo completos	–0,0269[c]	–3,4935	38.130,38
Escolaridade do pai do cônjuge	Anos de estudo completos	–0,0354[c]	–4,5974	38.026,76
Chefe ocupado	Sim	–1,4012[c]	–32,0641	37.283,03
Cônjuge ocupado	Sim	–0,7315[c]	–25,2241	36.954,01
Chefe imigrante	Sim	–0,1645[c]	–5,6336	36.710,34
Capital metropolitana[a]		0,1660[c]	3,3468	36.645,68
Urbano grande[a]	Entre 100 mil habitantes e metropolitano	–0,0163	–0,3247	36.483,95
Urbano médio[a]	Entre 20 mil e 100 mil habitantes	–0,0684	–1,3333	36.323,87
Urbano pequeno[a]	Menos de 20 mil habitantes	0,1033[c]	1,9981	36.304,32
Rural[a]		0,1424[c]	2,6273	35.902,12
Eletricidade	Tem acesso a	0,2471[c]	3,5351	35.742,54
Abastecimento de água	Tem acesso a	–0,2979[c]	–6,3518	35.347,83
Esgoto urbano	Tem acesso a	–0,2342[c]	–6,9086	35.125,55
Coleta de lixo urbano	Tem acesso a	–0,3916[c]	–10,9081	34.879,08
Telefone	Tem acesso a	–0,6713[c]	–15,0854	34.347,90
Geladeira	Tem acesso a	–0,6343[c]	–14,0022	33.892,99

(continua)

(continuação)

VARIÁVEIS	OBSERVAÇÕES	ESTIMATIVA	ESTATÍSTICA *t*	DEVIÂNCIA
Máquina de lavar	Tem acesso a	–0,6470[c]	–17,3458	33.512,85
Televisão em cores	Tem acesso a	–0,6015[c]	–16,7083	33.224,13
Rádio	Tem acesso a	–0,1490[c]	–2,9681	33.214,95
Apartamento	Tem acesso a	–0,4506[c]	–5,3643	33.183,20
Construção	Tem acesso a	–0,0724[c]	–1,9462	33.179,42
Número de observações: 38.698 Log Likelihood: -16680,8932	Pearson Chi-Square	Valor 42416,600	GL 39000	Valor/GL 1.097

Fonte: PNAD de 1996.
[a] *A categoria omitida é periferia metropolitana.*
[b] *Ao nível de confiança de 90%.*
[c] *Ao nível de confiança de 95%.*

nais esperados no sentido de que o acesso de dado ativo, em geral, implica uma menor probabilidade de ser pobre. A exceção é o acesso a eletricidade, que apresenta sinal negativo. Os maiores coeficientes são encontrados para bens duráveis de luxo e serviços públicos, como coleta de lixo urbano (–0,39), telefone (–0,67) e máquina de lavar (–0,65).

A relação entre pobreza e acumulação de capital humano é menos afetada por problemas de simultaneidade, desde que esse ativo seja acumulado em larga medida antes de o indivíduo entrar no mercado de trabalho. Isso significa que podemos interpretar a relação entre pobreza e perfil educacional de maneira causal.[3] Os coeficientes de ano de estudo de chefes e cônjuges são precisamente estimados em torno de 0,1.

As variáveis que se referem ao *status* educacional dos pais de chefes e cônjuges captados pelo conhecimento do perfil educacional do domicílio também foram incluídas no modelo. O coeficiente dessas variáveis está entre 1/3 e 1/4 dos encontrados para a posição educacional atual dos chefes e cônjuges. Esse ponto mostra a importância relativa da transmissão entre geração de capital humano.

A experiência, um tipo de capital humano captado por meio da *proxy* da idade do indivíduo, apresenta um efeito de redução da pobreza. A variável idade ao quadrado é positiva e significativa, indicando a ocorrência de retornos decrescentes à experiência. Finalmente, as *dummies* da posição ocupacional dos chefes e cônjuges apresentaram sinais negativos. Essas *dummies* podem ser interpretadas como uma medida de taxa de utilização de capital humano acumulado. A análise do perfil do ciclo da vida da renda média e taxas ocupacionais será implementada na Subseção 6.1.

3 Por exemplo, famílias com chefes e cônjuges alfabetizados têm 56% e 36%, respectivamente, menos chances de ser pobres quando comparadas com as famílias com chefes e cônjuges analfabetos.

5.2 - Capital social e pobreza

Esta subseção analisa a relação entre a probabilidade de ser pobre e os vários tipos de capital social tomados conjuntamente, além das variáveis demográficas e de capital humano similares àquelas usadas na subseção anterior. A diferença é que o presente exercício usa o suplemento da PME de 1996 como fonte de dados, se beneficiando das variáveis de capital social incluídas no questionário. Devemos ressaltar que o conceito de renda e as dimensões geográficas da PME são mais restritos que os dados da PNAD utilizados nas regressões logísticas apresentadas anteriormente. Os dados de renda da PME incluem somente a renda do trabalho das seis principais regiões metropolitanas. Por outro lado, usamos aqui uma amostra expandida que também inclui chefes de família solteiros. A idéia é avaliar a influência da presença do cônjuge na incidência da pobreza. A fim de não tornar a análise excessivamente complexa, não utilizamos as características dos cônjuges como variáveis explicativas. A Tabela 5 apresenta o modelo logístico estimado.

Tabela 5

Modelo logístico de pobreza, capital social e capital humano: análise dos parâmetros estimados

		ESTIMATIVA	ESTATÍSTICA *t*	DEVIÂNCIA
Escolaridade do chefe	Analfabeto	0,6183[b]	14,8273	21.228,03
Escolaridade do chefe	Mais de 8 anos completos	–0,6881[b]	–16,9483	19.965,82
Escolaridade do pai do chefe	Analfabeto	0,1853[b]	2,5314	18.312,36
Escolaridade do pai do chefe	Mais de 8 anos completos	–0,1223[a]	–1,8092	19.202,28
Escolaridade da mãe do chefe	Mais de 8 anos completos	–0,1780[b]	–3,8034	19.037,88
Sexo	Homem	–0,2289[b]	–3,3612	18.454,91
Existe um cônjuge na família?	Sim	–0,2564[b]	–2,6190	18.607,01
Razão de dependência	Acima de 2,5	–2,4522[b]	–64,5316	22.151,23
Raça do chefe	Negro ou indígena	0,8305[b]	13,2035	18.289,87
Posição na ocupação	Empregado com carteira	–0,9821[b]	–21,0300	19.429,58
Posição na ocupação	Servidor público	–1,1663[b]	–17,1263	18.454,91
Posição na ocupação	Conta própria	–0,6066[b]	–12,2298	18.269,70
Posição na ocupação	Empregador	–1,7377[b]	–33,6112	18.948,23

(continua)

(continuação)

		ESTIMATIVA	ESTATÍSTICA *t*	DEVIÂNCIA
Membro de sindicato	Sim	–0,4647[b]	–8,8596	21.274,56
Tem simpatia por partidos políticos	Sim	–0,1323[b]	–3,1727	21.228,03
Sabe o nome correto	Do presidente da República	–0,2341[b]	–3,5470	21.127,46
Sabe o nome correto	Do prefeito, governador e presidente	–0,1722[b]	–3,1830	21.274,56
Número de observações: 18.308 Log Likelihood: -10371,4604	Pearson Chi-Square	Valor 18206,932	GL 18000	Valor/GL 0,996

Fonte: IBGE/PNAD de 1996.
[a] *Ao nível de confiança de 90%.*
[b] *Ao nível de confiança de 95%.*

Todas as variáveis são estatisticamente significativas e apresentam os sinais esperados. Implementamos aqui uma análise da razão de verossimilhança (likelihood ratio) dos dois estados assumidos por variável dummy usada. Em outras palavras, em vez de analisar os coeficientes estimados, observamos diretamente o impacto de diferentes variáveis sobre as chances de ser pobre. A análise mostra que as variáveis de capital humano dos chefes e de seus pais apresentam os sinais esperados. Famílias chefiadas por homens apresentam 20% menos chances de ser pobres do que famílias chefiadas por mulheres. A presença do cônjuge no domicílio reduz a probabilidade em 25%. Esse resultado indica a importância do casamento como uma célula básica do tecido social (ver Subseção 6.2.1). A razão de dependência e a raça do chefe de domicílio apresentam os sinais esperados, como no exercício da subseção anterior. A posição na ocupação do chefe torna a apresentar importantes efeitos na probabilidade de ser pobre. O universo dos empregados com carteira tem menos 73% de chance de ser pobre do que o seu complemento. As mesmas estatísticas para as outras classes ocupacionais são: servidor público (69%), conta-própria (45%) e empregador (78%).

A análise das outras variáveis relacionadas ao capital social revela que os membros de sindicados reduzem em 37% a probabilidade de ser pobre enquanto a simpatia por partidos políticos a reduz em 9%. Finalmente, questões sobre cultura política demonstram que o conhecimento do nome do presidente é associado a menos 23% de chance de estar no estado de pobreza.

PARTE 3
Aspectos dinâmicos da pobreza e da posse de ativos

O último efeito para aumento da posse de ativos sobre a pobreza é o de melhorar a habilidade individual em lidar com mudanças adversas da renda. O papel de suavização do consumo assumido pelos ativos depende da importância

desses choques e o quanto é desenvolvido (isto é, ativos, créditos e segmentos de seguros). Portanto, a avaliação desse último efeito requer uma análise das propriedades dinâmicas do processo de renda dos indivíduos pobres e uma avaliação das instituições que detêm seu comportamento financeiro.

6 - Comportamento financeiro de curto prazo dos pobres

Esta seção discute os efeitos dinâmicos de curto prazo, comentados ao longo da seção anterior, do comportamento financeiro e do bem-estar dos chefes de família pobres.

Começaremos traçando um perfil dos poupadores pobres de acordo com a Abecip. A pesquisa da Abecip sobre finanças dos consumidores mostra que, durante 1987, 47% dos adultos pobres não possuíam nenhum ativo financeiro. Essa estatística aumenta para 70% no segmento pobre da população. Tal pesquisa também revela que o ativo financeiro mais popular no Brasil é a caderneta de poupança. Noventa e cinco por cento dos indivíduos pobres que têm algum ativo possuem somente cadernetas de poupança. Isso significa que pouco se perde quando se restringe a análise de ativos financeiros dos pobres a cadernetas de poupança.

Uma primeira explicação da popularidade da caderneta de poupança é o baixo grau de requisitos impostos aos indivíduos para sua abertura. Isso é explicado pela simplicidade operacional conferida pelo período mensal de capitalização das cadernetas. A própria filosofia de sua implantação como ativo popular financiador de moradia determinou a inexistência de barreiras a algumas instituições oficiais, como a Caixa Econômica Federal. Em 1987, 36% dos proprietários de poupança tinham depósito nessa instituição.

Uma indicação do fácil acesso às cadernetas de poupança é encontrada nas justificativas para a "não-posse de cadernetas", em que o item "limite muito alto para a abertura" aparece com uma proporção nula mesmo nos segmentos mais pobres da população. Por outro lado, o difícil acesso a outros ativos, além das cadernetas, pode ser captado pelo fato de nenhum adulto pobre justificar "não pretender depositar em caderneta por preferir aplicar em outro ativo", enquanto 37% dos grupos com renda mais elevada apresentaram essa justificativa para não depositar em caderneta de poupança.

Conforme o esperado, o saldo médio das cadernetas dos indivíduos mais pobres era inferior ao dos grupos com renda mais elevada — 5,15 salários mínimos contra 21,8. Entretanto, a relação saldo médio das cadernetas de poupança sobre a renda era maior para os poupadores mais pobres — 2,5 salários mínimos contra 1,1. Se computarmos também os indivíduos que não aplicaram em cadernetas de poupança, a relação saldo médio da poupança sobre a renda se torna mais parecida — 0,72 e 0,64, respectivamente. Esse resultado pode ser atribuído à alta diversificação do portifólio dos grupos de renda mais alta. Ao mes-

mo tempo, reforça a importância das cadernetas ao longo dos segmentos mais pobres da população brasileira.

A determinação automática das taxas de juros nominais das cadernetas a 0,5% ao mês mais a correção monetária defasada pressupõem que transições em direção a maiores taxas de inflação gerariam perdas do rendimento real. Similarmente, quedas da taxa de inflação produziriam efeito inverso. Por exemplo, a retomada da inflação observada depois do fracasso do Plano Cruzado em 1986 (de 3% ao mês, para 20% ao mês em um ano) implica queda do valor real dos depósitos da ordem de 14%. Esse mecanismo defasado de correção monetária não era sempre percebido com clareza pelos agentes. De acordo com a pesquisa da Abecip, em 1985 cerca de 18% dos poupadores adultos com primário incompleto concordavam com a proposição de que o rendimento das cadernetas sempre ultrapassava a taxa de inflação. No outro extremo, apenas 3% daqueles com curso superior completo concordavam com a proposição.

Dentre as características reconhecidas como importantes pelos depositantes captadas por quesitos como segurança ou garantia dada pelo governo, o risco aparece em primeiro lugar tanto entre os segmentos mais pobres quanto entre os mais ricos da população. Em segundo lugar, aparece o atributo de retorno esperado, com 26% e 40%, respectivamente. Liquidez aparece em terceiro lugar, com 5% e 6%. Além do retorno do trinômio rentabilidade, risco e liquidez, o quesito "facilidade de aplicação" aparece em 4% e 3% das respostas, respectivamente.

Os segmentos mais pobres parecem valorizar mais o atributo risco. Por outro lado, o quesito rentabilidade parece ser o mais importante entre os poupadores mais ricos, refletindo talvez a alta margem de substituição entre os ativos utilizados por eles. A baixa importância atribuída ao quesito liquidez é explicada pelo período de capitalização mensal das cadernetas de poupança, o que impossibilita o seu uso para fuga de moeda no período compreendido entre recebimentos mensais de renda.

A maioria das operações de cadernetas de poupança possuía uma alta freqüência. A data média do último depósito era 6,9 meses para o segmento mais pobre e 3,7 meses para o grupo de renda mais alta. Por outro lado, a data média de retirada era 4,9 meses e 5,2 meses, respectivamente.

As principais razões apresentadas para "não depositar em cadernetas nos próximos meses" foi o fato de que não havia nenhum dinheiro sobrando ou sobrava pouco (90% para o segmento mais pobre e 46% para o mais rico). Por outro lado, a principal motivação apresentada para "retirar o dinheiro nos próximos meses" foi para completar o orçamento (83% para o segmento mais pobre e 36% para o mais rico). Essas justificativas, combinadas com as altas freqüências de saques e retiradas das cadernetas de poupança, sugerem a ocorrência de um processo de suavização do consumo em relação às flutuações de curto prazo da renda da família.

O processo de suavização do consumo parece ser mais intenso entre os poupadores de caderneta de poupança mais pobres. Esse resultado é consistente com as evidências de uma alta variabilidade da renda familiar na cauda inferior da distribuição observada no Brasil. A alta freqüência e a baixa duração da pobreza podem ser explicadas por estados de desemprego com características similares como os observados freqüentemente no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, apesar de o item "eu estou desempregado" explicar pouco as retiradas *ex-post* das cadernetas, a motivação do desempregado pode estar implícita em justificativas mais genéricas. As principais justificativas apresentadas para a retirada de dinheiro das cadernetas eram: complementar o orçamento (56% do mais pobre e 26% do mais rico) e para emergências (21% do mais pobre e 22% do mais rico).

Outra possível razão para a alta variabilidade das rendas das famílias poderia ser a combinação entre alta inflação e infreqüentes ajustes nominais do salário, gerando o movimento oscilatório do salário mínimo real em diversas fases da política salarial brasileira. Uma interpretação simples para a alta freqüência dos depósitos e das retiradas para complementar o orçamento seria a suavização dessas flutuações, tipo "dente de serra", sobre o seu consumo no consumo e renda.

7 - Conclusões

Este artigo tenta estabelecer uma pesquisa sobre a relação entre pobreza, distribuição de ativos e operação do mercado de ativos no Brasil. O objetivo final é direcionar a implementação de diferentes políticas de aumento de capital.

A disponibilidade de novas fontes de dados abriu condições inéditas para implementar uma análise de posse de ativos e pobreza nas áreas metropolitanas brasileiras. A avaliação de distribuição de recursos foi estruturada sobre três itens: capital físico, capital humano e capital social.

O artigo forneceu um mapa em três partes dos vários efeitos que a posse dos diferentes ativos pode ter na pobreza. A primeira parte considerou o efeito direto do bem-estar derivado da posse de ativos. A segunda discutiu o impacto da posse de ativos no potencial de geração de renda dos pobres. A terceira parte debateu os efeitos da posse de ativos na habilidade do pobre em suavizar mudanças adversas na renda.

Em 1995, a proporção de pobres brasileiros era de 27,7%, o que implicou a existência de 41,8 milhões de indivíduos vivendo abaixo da linha de pobreza. Em 1985, essa estatística alcançou 30,4%. A partir dessa época houve um escasso crescimento entre os dois anos considerados, sendo que a maior parte da mudança observada em P0 pode ser atribuída a uma redução nos níveis de desigualdade. Entretanto, esse resultado qualitativo não é robusto para mudanças nas medidas de pobreza e nas linhas de pobreza. Perfis-padrão de pobreza mos-

traram que, como esperado, anos completos de estudo parecem ser a variável econômica mais importante entre todas as usadas para explicar a pobreza.

A primeira parte do artigo desenhou um mapa simples caracterizando a posse de vários tipos de ativos ao longo da distribuição da renda. Isso foi realizado utilizando-se a média das variáveis *dummies* univariadas, indicando a taxa de acesso a diferentes ativos na população total e na renda da população pobre. A renda da população pobre apresentou baixas taxas de acesso a diferentes serviços públicos como água canalizada, esgoto, coleta de lixo e telefone. Outros serviços, como eletricidade e transporte (medido pelo tempo de deslocamento), apresentaram taxas homogêneas pelos diferentes níveis de distribuição de renda.

Similarmente, ativos privados podem ser divididos em duas categorias: filtro, TV em cores, *freezer* e máquina de lavar, apresentados como bens de luxo, enquanto fogão, geladeira, rádio e propriedade de moradia foram distribuídos mais uniformemente. A análise destacou a necessidade de se considerar os aspectos qualitativos, especialmente em termos de moradia e transporte.

Taxas de acesso a diferentes portifólios de capital social considerados apresentaram uma amostra valiosa quando comparadas para a população não-pobre e a pobre. O número de membros de associações profissionais (sindicatos, cooperativas etc.) é muito maior entre os não-pobres, enquanto os de associações comunitárias (de vizinhança e religiosas) são mais uniformemente distribuídos. Finalmente, taxas de afiliações formais para partidos políticos pareciam ser diferenciadas para os segmentos pobres e não-pobres, mas o resultado encontrado mostrou que essa diferença é pequena.

A segunda parte do artigo aplicou regressões logísticas para estudar os efeitos gerados nos portifólios de ativos já mencionados, nas medidas de pobreza baseadas na renda. O método difere do implementado na primeira parte por duas razões básicas. Primeira, consideramos o efeito dos ativos juntos e também levamos em conta variáveis demográficas e regionais. Segunda, tentamos fornecer uma interpretação mais casual dos resultados encontrados, como o papel potencial de provisão de diferentes ativos para combater a pobreza. Essa interpretação só é garantida para variáveis de capital humano e demográficas. Entretanto, acreditamos que essa regressão logística possa tornar clara a existência da relação parcial (nenhuma casualidade envolvida nesse caso) entre a posse de cada tipo de ativo e os resultados de pobreza.

Os resultados foram consistentes (qualitativamente) em relação aos encontrados na primeira parte do artigo. Vale a pena enfatizar o papel assumido pela variável de anos completos de estudo dos chefes e cônjuges, assim como as variáveis de *background* familiar para explicar a pobreza. Esse resultado nos fornece confiança para usar anos de escolaridade média do chefe de domicílio como uma variável classificatória para dividir a amostra em domicílios pobres e não-pobres. Em outras palavras, considerou-se anos de educação como uma

proxy para renda permanente *per capita* na análise da dinâmica da renda realizada na última parte do artigo.

Em termos de comportamento financeiro de curto prazo, implementamos uma análise empírica qualitativa semelhante à da literatura extensiva sobre o comportamento financeiro do domicílio e a operação financeira de instituições nas áreas rurais das economias em desenvolvimento. O comportamento do fazendeiro indiano em face das mudanças imprevisíveis do tempo se parece, em muitos aspectos, com o comportamento individual do brasileiro pobre ante as incertezas de alta inflacionária e/ou a probabilidade de se tornar desempregado. Nosso ponto principal foi dar ênfase à relação entre bem-estar social, comportamento financeiro do domicílio e as flutuações de renda de curto prazo. Também encontramos evidências de que o pobre suavizou a alta freqüência de flutuações da renda induzidas pela volatilidade inflacionária usando saques e depósitos em caderneta de poupança.

Bibliografia

NERI, M. *Inflação e consumo: modelos teóricos aplicados ao imediato pós-cruzado*. Rio de Janeiro: BNDES, 1990.

RAVALLION, M., DATT, G. *Growth and poverty in rural India*. The World Bank, Jan. 1995 (Policy Research Working Paper, 1405).

ROCHA, S. *Poverty lines for Brazil new estimates from Recent empirical evidence*. IPEA, jan. 1993, mimeo.